

EXECUÇÃO FISCAL APLICADA

Análise pragmática do processo de execução fiscal

COORDENADOR

João Aurino de Melo Filho



AUTORES

Augusto Newton Chucri
Eduardo Rauber Gonçalves
Leonardo Munareto Bajerski
Luiz Henrique Teixeira da Silva
Marcelo Polo
Marcos Paulo Sandri
Marilei Fortuna Godoi

Sumário

Lista de abreviaturas e siglas.....	21
Apresentação.....	23
Nota dos autores à quarta edição	25
Nota dos autores à segunda edição	27
Prefácio.....	29
Capítulo I ► Formação do Título Executivo	31
Marilei Fortuna Godoi	
Introdução	31
1. Título executivo que instrui a execução fiscal	34
1.1. Dívida ativa tributária.....	36
1.2. Dívida ativa não tributária	37
2. O procedimento administrativo acerca do crédito tributário e não tributário a partir de sua constituição até a inscrição em dívida ativa	48
3. Certidão de Dívida Ativa e o ajuizamento da execução fiscal.....	70
4. Possibilidade de protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa: adequação, utilidade, eficiência e não caracterização de sanção política.....	84
Capítulo II ► Da competência em execução fiscal	95
Eduardo Rauber Gonçalves	
Introdução	95
1. Da normatividade específica da execução fiscal.....	96
2. Competência Material – Ente da Federação e a Questão da Competência Delegada (art. 109, § 3º, da CF) – advento da Lei nº 13.043/2014	96
3. Competência Territorial – Regra Geral – Domicílio do Executado	100
3.1. Apensamento das execuções fiscais (art. 28	
da Lei nº 6.830/80)	107
4. Questões Específicas relativas à Competência em Execução Fiscal	108
4.1. Execuções de entes estaduais e municipais contra entes federais: competência da Justiça Federal	109
4.2. Execuções dos Conselhos Profissionais: competência da Justiça Federal.....	111
4.3. Execuções de multas trabalhistas: competência da Justiça do Trabalho – EC nº 45/2004	112

4.4. Execuções de multas eleitorais: competência da Justiça Eleitoral	114
4.5. Execuções de FGTS: competência da Justiça Federal	115
4.6. Juizados Especiais: incompetência para processar e julgar execuções fiscais	116
4.7. Incompetência dos “juízos universais” para processar os executivos fiscais (artigos 5º e 29 da Lei nº 6.830/80 e art. 187 do CTN)	116
4.8. Concurso de preferência entre credores públicos e deslocamento da competência.....	117
4.9. Ação ordinária ajuizada previamente na justiça federal e competência delegada – Conexão e art. 106 do CPC.....	118
5. Execução Fiscal Administrativa (Projeto de Lei nº 5.080/2009)	119

Capítulo III ► Legitimidade no processo de execução fiscal: Fazenda Pública exequente e devedor ou responsável executado121

João Aurino de Melo Filho e Marcos Paulo Sandri

Introdução	121
1. Legitimidade ativa	122
1.1. Execuções fiscais federais: atribuições funcionais da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral da União e Procuradoria-Geral Federal	124
1.2. Execuções fiscais de multas criminais.....	131
1.3. Execuções de multas impostas pelos Tribunais de Contas: desnecessidade de inscrição em dívida ativa e ajuizamento de execução fiscal	132
1.4. Execuções de contribuições cobradas pelos Conselhos Profissionais e o caso específico da Ordem dos Advogados do Brasil	133
1.5. Execuções para cobrança de créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	135
1.6. Execuções para cobrança de créditos do Simples Nacional.....	137
2. Legitimidade passiva: devedor ou responsável.....	138
2.1. Devedor	144
2.2. Responsável.....	145
2.3. Legitimidade independentemente da existência de personalidade jurídica .	147
2.4. A responsabilidade do empresário individual (“firma individual”)	148
2.5. Illegitimidade passiva da Fazenda Pública nos processos de execução fiscal	149

Capítulo IV ► Privilégios e garantias dos créditos dos entes públicos e prerrogativas judiciais dos seus procuradores 153

Luiz Henrique Teixeira da Silva

Introdução	153
------------------	-----

1.	Dos privilégios e garantias dos créditos públicos	154
1.1.	Da satisfação do crédito público mediante liquidação de bem alienado fiduciariamente - faceta do privilégio.....	158
1.2.	Do privilégio do crédito público na falência.....	162
1.3.	Dos demais privilégios atribuídos aos créditos públicos	167
1.4.	Da forma processual para o exercício dos privilégios do crédito público fora da execução fiscal.....	171
1.4.1.	Execução fiscal em face de pessoas jurídicas em processo de concordata ou de recuperação judicial	171
1.4.2.	O privilégio fazendário oposto em processos de terceiros	175
2.	Das garantias dos créditos públicos	181
3.	Das prerrogativas processuais da Fazenda Pública na execução fiscal.....	190
3.1.	Dos encargos processuais devidos pela Fazenda Pública - custas, emolumentos, demais despesas e honorários de sucumbência	190
3.2.	Das intimações	192
3.3.	Outras prerrogativas processuais	198

Capítulo V ► Das indisponibilidades e restrições patrimoniais preparatórias à penhora 201

Luiz Henrique Teixeira da Silva

Introdução	201	
1.	Do arrolamento fiscal	201
2.	Da ação cautelar fiscal	205
3.	Do arresto	210
4.	Da averbação premonitória	213
5.	Da indisponibilidade de bens e direitos constante no artigo 185-A do CTN	216

Capítulo VI ► Citação do réu na Execução Fiscal 221

Marcos Paulo Sandri

Introdução: particularidades da citação na execução fiscal.....	221	
1.	Despacho do juiz – efeitos quanto à prescrição.....	223
2.	Pessoas que podem ser citadas	229
2.1.	Pessoas físicas	230
2.2.	Pessoas jurídicas.....	230
2.3.	Espólio, inventariante e administrador provisório.....	232
2.4.	Sucessores	234
2.5.	Massa Falida	234
3.	Modalidades de citação	234

3.1.	Citação pelo correio por carta com aviso de recebimento	235
3.2.	Citação por mandado	239
3.3.	Citação por edital	240
3.4.	Citação por hora certa	244

Capítulo VII ► Formalidades e procedimento na apresentação de bens para garantia da Execução Fiscal..... 247

João Aurino de Melo Filho

Introdução	247	
1.	Ordem legal de preferência e liquidez como requisitos para aceitação de bens oferecidos à penhora..... 251	
2.	Nomeação à penhora pelo executado de bem legalmente impenhorável: possibilidade, consequências e, em caso de penhora e desfazimento posterior, distribuição dos encargos sucumbenciais..... 257	
3.	Penhora de bem de família gravado com prévia hipoteca: possibilidade, consequências e, em caso de penhora e desfazimento posterior, distribuição dos encargos sucumbenciais..... 259	
4.	Formalidades na indicação à penhora de bem imóvel..... 263	
5.	Indicação à penhora de bem de terceiro..... 264	
6.	Depósito judicial em dinheiro como garantia da dívida	266
7.	Requisitos para aceitação da fiança bancária	272
7.1.	Fiança bancária e depósito ou penhora de dinheiro: distinções	278
7.2.	Fiança bancária e parcelamento do débito	281
8.	SEGURO GARANTIA	283

Capítulo VIII ► Penhora de bens no processo de Execução Fiscal..... 289

Marcos Paulo Sandri

Introdução	289	
1.	Efeitos da penhora	290
2.	Bens penhoráveis e impenhoráveis	292
2.1.	Bem de família	297
2.2.	Demais hipóteses de impenhorabilidade contempladas em leis esparsas ... 301	
3.	Ordem de preferência da penhora..... 302	
4.	Procedimento da penhora	307
4.1.	Lavratura do auto ou termo de penhora	307
4.2.	Intimação da penhora	308
4.3.	Avaliação dos bens penhorados	312
4.4.	Registro da penhora	315

SUMÁRIO

4.5.2 Remoção dos bens penhorados.....	319
4.6. Substituição da penhora.....	321
4.7. Reforço da penhora.....	324
4.8. Nomeação do depositário	325
4.9. Liberação da penhora	327
5. Espécies de penhora	328
5.1. Penhora sobre dinheiro – penhora on line	328
5.2. Penhora sobre repasses de operadoras de cartões de crédito	337
5.3. Penhora sobre imóveis e veículos	339
5.4. Penhora no rosto dos autos.....	341
5.5. Penhora sobre o faturamento.....	341
5.6. Penhora de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, plantações ou edifícios em construção.....	346

Capítulo IX ► Fraude à execução 347

Marilei Fortuna Godoi

Introdução	347
1. Pressupostos legais para aplicação da fraude à execução	353
1.1. Aos créditos tributários	353
1.2. Aos créditos não tributários	355
2. Distinção da fraude à execução em relação à fraude contra credores	362
3. A funcionalidade do instituto sob o enfoque jurisprudencial	364
3.1. Análise da Presunção legal e do ônus da prova perante o instituto	365
3.2. Súmula 375	
do STJ: inaplicabilidade ao crédito tributário inscrito em dívida ativa	379
4. Procedimento.....	383
5. Conclusão	387

Capítulo X ► Modificações no polo passivo da execução fiscal: consequências da falência, da morte, da dissolução irregular da pessoa jurídica e da sucessão empresarial no processo executivo..... 391

João Aurino de Melo Filho

Introdução	392
1. Questões preliminares.....	392
1.1. Procedimento a ser seguido para formalizar a responsabilização de um terceiro durante a tramitação do processo de execução fiscal	392

1.2. Prescrição da pretensão contra terceiros nos casos de dívidas tributárias	402
2. Falecimento do réu durante o processo de execução fiscal	404
2.1. Formalidades procedimentais para imputação de responsabilidade aos sucessores na execução fiscal.....	405
2.2. Imediato prosseguimento dos atos executórios, com penhora e expropriação de bens do de <i>cujus</i> , independentemente de procedimento de habilitação ou de penhora no rosto dos autos	410
2.3. Demarcação da responsabilidade dos sucessores	415
2.4. Inexistência de bens e prescrição intercorrente	416
2.5. Falecimento da pessoa física empresária (“firma individual”).....	418
3. Execução fiscal em face de massa falida.....	421
3.1. Restrições procedimentais impostas à execução fiscal contra massa falida	423
3.2. Repercussões da decretação da falência nos privilégios e na própria exigibilidade do crédito fiscal em cobrança judicial	427
3.3. Extinção do processo de falência e possibilidade de redirecionamento da execução fiscal para responsabilização dos sócios	434
3.4. Prescrição ordinária e intercorrente na execução fiscal contra massa falida ..	438
4. Responsabilização pessoal dos sócios com poderes de gerência nos casos de dissolução irregular da sociedade	441
4.1. Possibilidade de o sócio ilidir a presunção de fraude decorrente da dissolução irregular, demonstrando não ter agido com culpa nem dolo e comprovando, ainda, que, da sua omissão, não resultou nenhum prejuízo à Fazenda Pública: atribuição ao executado do ônus da prova e responsabilidade pelos encargos da sucumbência mesmo quando vencedor em eventuais embargos.....	452
4.2. Atos que, embora denotem o interesse na dissolução social (de fato) não são aptos a suprir o procedimento formal de liquidação.....	455
4.2.1. Distrato simples e dissolução irregular.....	455
4.2.2. Mero pedido de falência sem desenvolvimento da relação processual por ausência de síndico/administrador judicial	458
4.3. Localização do sócio responsável pelos débitos tributários nos casos de dissolução irregular: responsabilidade pessoal dos sócios da época da dissolução, não do fato gerador	459
4.4. Responsabilidade pessoal do sócio na execução fiscal de dívida não tributária	465
4.5. Prescrição do direito de redirecionar a execução fiscal tributária contra o sócio pessoalmente responsável nos casos de dissolução irregular.....	472
4.6. Responsabilização dos sócios por fatos imponíveis ocorridos antes dos atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: interpretação do artigo 135 do CTN.....	481

4.7. Dispensa de apresentação de certidão de regularidade fiscal para registro de extinção (baixa) de pessoa jurídica e responsabilidade dos sócios: disciplina da Lei Complementar nº 147/2014.....	488
5. Sucessão empresarial: responsabilidade do sucessor	499
5.1. Responsabilização pessoal dos sócios nos casos de sucessão empresarial clandestina	502
5.2. Diligências investigatórias, indícios e comprovação da sucessão empresarial clandestina	505
Capítulo XI ► Expropriação do bem penhorado	509
Leonardo Munareto Bajerski	
Introdução	509
1. Adjudicação e outras formas de expropriação dos bens penhorados	510
2. Alienação por iniciativa particular	516
3. Arrematação. Procedimento da arrematação	518
3.1. O auto de arrematação e a carta de arrematação	526
4. Usufruto de bem móvel ou imóvel	527
5. Embargos à adjudicação, alienação e arrematação	527
Capítulo XII ► Suspensão da execução fiscal.....	529
Marcelo Polo	
Introdução	529
1. A suspensão da execução em razão da suspensão da exigibilidade do crédito tributário	531
1.1. O parcelamento e a moratória	536
1.1.1. O parcelamento do art. 745-A do CPC	541
1.2. O depósito do montante integral do tributo em juízo	545
1.2.1. O depósito como direito subjetivo do contribuinte: sobre o controle judicial do depósito	549
1.2.2. O depósito e a constituição do crédito tributário	552
1.2.3. O depósito e a denúncia espontânea	557
1.2.4. O levantamento do depósito ao final da ação	558
1.3. A concessão de tutela antecipada ou medida liminar em ações judiciais	561
1.3.1. A extensão da causa suspensiva.....	561
1.3.2. A constituição do crédito tributário	562
1.3.3. Os efeitos próprios da decisão judicial suspensiva da exigibilidade no âmbito federal: multa de ofício e multa de mora	563

1.3.4. A suspensão da exigibilidade do crédito ajuizado: construção de requisitos	566
2. A suspensão da execução em razão de causas suspensivas processuais	572
2.1. A suspensão em razão da condição das partes e da sua representação em juízo	572
2.2. A suspensão em razão da ilegitimidade do órgão julgador: as exceções de incompetência, impedimento e suspeição	574
2.3. A suspensão em razão de ajuste entre as partes.....	579
2.4. A suspensão em razão da não localização do devedor e de bens penhoráveis	580
2.4.1. O prazo de suspensão: 1 ano.....	581
2.4.2. A operacionalidade da suspensão: diligências que competem ao Poder Judiciário e diligências que competem à Procuradoria Fazendária	585
2.5. A suspensão em razão de processos incidentais dotados de efeito suspensivo	588
3. A suspensão em razão da falência da empresa	590
4. O arquivamento dos autos em razão do baixo valor do crédito.....	591
5. O prazo máximo de suspensão: ajuste entre as partes x parcelamento	598
6. A suspensão do processo não impede a adoção de medidas cautelares.....	599
Capítulo XIII ► Extinção da execução fiscal.....	603
<i>Marcelo Polo</i>	
Introdução	603
1. Extinção própria	605
1.1. A satisfação voluntária	605
1.1.1. O pagamento.....	606
1.1.2. A compensação.....	606
1.1.2.1. A compensação de créditos tributários inscritos em dívida ativa	609
1.1.2.1.1 A compensação de precatórios	609
1.1.2.1.2 A compensação no âmbito federal: análise da compensação de débitos tributários parcelados.....	625
1.1.2.2. A compensação de créditos não tributários inscritos em dívida ativa	638
1.1.2.3. O meio de oposição da compensação: necessidade de mudança legislativa	638
1.1.3. A transação	639
1.1.4. A consignação em pagamento.....	639

1.1.5. A dação em pagamento de bens imóveis.....	639
1.1.6. A quitação do parcelamento	640
1.2. A satisfação involuntária	640
1.2.1. Por meio da entrega de dinheiro	641
1.2.2. Por meio da adjudicação.....	641
2. Extinção imprópria	643
2.1. O reconhecimento da extinção do crédito tributário pela decadência e prescrição	643
2.1.1. A decadência e a prescrição ordinária	643
2.1.2. A prescrição intercorrente	647
2.1.2.1. Sobre a origem e a natureza do instituto	647
2.1.2.2. Sobre a constitucionalidade	652
2.1.2.3. Sobre a operacionalidade.....	656
2.1.2.4. A prescrição intercorrente para além da hipótese do art. 40, LEF.....	668
2.2. A extinção do processo sem julgamento de mérito	673
2.2.1. O abandono de causa.....	674
2.2.2. A extinção pelo baixo valor do crédito exequendo	676
2.2.3. A extinção da execução fiscal diante do julgamento final do processo falimentar.....	677
2.3. A extinção pela remissão	679
3. A natureza da sentença extintiva da execução fiscal e a coisa julgada	679
4. Os recursos cabíveis contra a extinção da execução fiscal.....	682
4.1. Apelação	683
4.2. Embargos infringentes	683
4.3. Agravo de instrumento	687
4.4. Reexame necessário	688
5. As custas e despesas processuais a cargo da Fazenda Pública em caso de extinção da execução fiscal	690
Capítulo XIV ► Dos embargos à execução fiscal	691
<i>por Augusto Newton Chucri</i>	
1. Introdução	691
2. Natureza Jurídica	692
3. Cabimento.....	693
3.1. O fim da competência delegada para o processamento de execução fiscal federal e a competência para julgar os embargos.....	695

4. A Garantia do Juízo. Condição de Procedibilidade dos Embargos à Execução Fiscal	702
4.1. Possibilidade de admissão dos Embargos em caso de penhora insuficiente ...	703
5. Tempestividade da oposição	704
5.1. Marco inicial da contagem do prazo para embargar.....	705
5.2. Multiplicidade das Penhoras e o início do prazo para Embargos	706
5.3. Prazo para embargar nos casos de execução por carta.....	707
5.4. Reabertura do prazo para Embargos	708
5.5. Prazo para embargar nos casos de múltiplos devedores executados.....	708
6. Efeito suspensivo dos Embargos. Aplicação subsidiária do CPC	709
6.1. Inexistência da regra na Lei de Execuções Fiscais	710
6.2. TESE DA não aplicação do art. 739-A do CPC em virtude da sistemática da LEF	711
6.3. Recurso da decisão que suspende ou não suspende o curso da execução ..	715
7. A Amplitude da discussão em sede de Embargos.....	715
7.1. A amplitude máxima dos Embargos	715
7.2. Matérias vedadas em sede de Embargos.....	716
7.3. Não cabimento da Reconvenção e limitação do uso das Exceções	718
8. A concessão de Liminar em Embargos.....	719
9. A Condenação das Partes em Honorários	721
9.1. A Condenação da Fazenda Embargada	721
9.2. A Condenação do Embargante	723
9.3. As regras no novo código processual referentes à fixação da verba honorária.	724
10. As Provas a serem produzidas. A obrigação do Embargante em produzir provas ...	727
11. A Ausência de impugnação aos Embargos e os efeitos da Revelia	728
12. A sentença dos Embargos	729
12.1. Os efeitos do recurso de Apelação e o prosseguimento da execução fiscal	730
12.2. O cabimento dos Embargos Infringentes de Alçada contra sentença dos Embargos à Execução	731

Capítulo XV ► Ação anulatória do ato declarativo da dívida simples e cumulada com pedido de restituição de indébito..... 733

João Aurino de Melo Filho

Introdução	733
1. Ação anulatória, ação declaratória e ação de restituição de indébito: distinções....	736
2. Competência	739

2.1. Ação anulatória proposta em vara comum e criação posterior de vara especializada em execuções fiscais	745
2.2. Repercussões da competência delegada (e da sua extinção) na competência para julgamento e processamento da ação anulatória	747
3. Ação anulatória e embargos à execução fiscal	753
4. Prescrição	759
5. Depósito preparatório e suspensão da execução fiscal	761
6. Processamento e julgamento	773
7. Honorários	777
8. Cautelar de caução e ação anulatória com apresentação de garantia idônea	782
9. Ação de restituição de indébito (ação anulatória do ato declarativo da dívida cumulada com pedido condenatório de restituição de valores pagos para satisfazer crédito pretensamente anulável).....	785
9.1. Amplitude do pedido de restituição	787
9.2. Legitimidade.....	791
9.2.1. Legitimidade passiva	792
9.2.2. Legitimidade ativa	794
9.2.2.1. Análise da legitimidade do contribuinte de fato e do contribuinte de direito no pedido de restituição de indébito envolvendo tributos indiretos	796
9.2.2.2. (I)Legitimidade do responsável (substituto tributário) para pleitear a restituição de tributo suportado pelo contribuinte	799
9.3. Prescrição.....	803
9.4. Execução do julgado	809
9.4.1. Ônus do autor de realização e apresentação do cálculo dos valores a restituir e inaplicabilidade à Fazenda Pública da conclusão proferida pelo STJ no Recurso Especial nº 1.387.248/SC.....	811
9.4.2. Juros e atualização monetária no decorrer do procedimento constitucional para pagamento das condenações judiciais da Fazenda Pública (precatórios).....	814
Capítulo XVI ► Embargos de terceiro em execução fiscal.....	823
Eduardo Rauber Gonçalves	
Introdução	823
1. Conceito e natureza	824
2. Competência	825
2.1. Competência delegada (art. 109, § 3º, da CF)	826
2.2. Embargos propostos por ente federal (art. 109, I, da CF).....	827

2.3. Juízo deprecante X juízo deprecado (art. 747 do CPC).....	828
3. Legitimidade Ativa	829
3.1. Legitimidade do Possuidor (art. 1.046, § 1º, do CPC)	831
3.1.1. Súmula nº 84/STJ e Instrução Normativa AGU nº 05/2007	831
3.1.2. Legitimidade ativa do usucapiente	833
3.2. Legitimidade do Cônjugue (art. 1.046, § 3º, do CPC)	833
3.3. Legitimidade do Sócio Cotista	839
3.4. Legitimidade do credor hipotecário, pignoratício e anticrético (art. 1.047, II, do CPC).....	840
4. Legitimidade Passiva	841
5. Valor da causa	842
6. Procedimento.....	843
6.1. Prazo para oposição dos embargos de terceiro (art. 1.048 do CPC)	843
6.2. Efeitos da propositura (art. 1.052 do CPC) e provimento liminar (artigos 1.050 e 1.051 do CPC)	846
6.3. Prazo para impugnação (art. 1.053 do CPC).....	846
6.4. Limitação do conteúdo da contestação	847
6.5. Mérito dos embargos de terceiro	849
6.6. Honorários advocatícios	850
7. Intervenção de terceiros em execução fiscal.....	851
7.1. Assistência.....	854
Capítulo XVII ► Exceção de pré-executividade.....	859
<i>Leonardo Munareto Bajerski</i>	
Introdução	859
1. Conceito, histórico e natureza jurídica da exceção de pré-executividade.....	860
2. Objeto (algumas hipóteses de cabimento)	863
3. Procedimento.....	866
4. Cabimento de honorários: contra e a favor	869
Capítulo XVIII ► Ação Declaratória em Matéria Fiscal.....	875
<i>Augusto Newton Chucri</i>	
Introdução	875
1. Distinção entre ação declaratória pura e ação declaratória mista	876
2. Conceito	878
3. A ação declaratória e o art. 38 da Lei de Execuções Fiscais.....	878
4. O interesse de agir nas ações declaratórias em matéria tributária.....	879

4.1. A Fazenda Pública pode propor ação declaratória em matéria tributária? ...	879
4.2. O interesse de agir do contribuinte	880
4.3. A demanda declaratória apresentada após a lesão do direito	882
5. Legitimidade das partes.....	886
5.1. Legitimidade ativa	886
5.2. Legitimidade passiva	889
6. Lançamento para prevenir decadência	890
7. Tutela antecipada em ação declaratória	893
7.1. Informação falsa de suspensão de exigibilidade nas declarações dos tributos sujeitos ao autolançamento.	895
8. A sentença declaratória	900
8.1. Declaração positiva e declaração negativa	900
8.2. Eficácia da sentença	900
8.3. Efeito díplice da tutela declaratória	901
8.4. Os efeitos da tutela declaratória no tempo. Análise da súmula 239 do STF... nº 492/11.....	902
8.5. A coisa julgada sobre relações continuativas e o parecer PGFN/CRJ nº 492/11.....	905
9. Ação declaratória incidental	911

Capítulo XIX ► Mandado de Segurança em Matéria Fiscal 913

João Aurino de Melo Filho, Marcelo Polo e Marilei Fortuna Godoi

Introdução	913
1. Aspectos gerais do mandado de segurança.....	914
1.1. A eficácia mandamental	914
1.2. Os “privilégios” da ação mandamental	915
1.3. Cabimento	917
1.4. O prazo de 120 dias para impetração	921
1.5. Competência	922
2. Mandado de segurança individual.....	923
2.1. Legitimidade ativa	923
2.2. Legitimidade passiva	924
2.3. A participação da pessoa jurídica de Direito público	929
2.4. A liminar em mandado de segurança	931
2.5. A suspensão da segurança	936
2.6. O reconhecimento do direito à compensação.....	939
2.7. A sentença em mandado de segurança	940
3. Mandado de segurança coletivo	944

3.1.	Assento constitucional e legal	944
3.2.	Legitimidade ativa	947
3.3.	Direitos protegidos pelo <i>writ</i> coletivo	954
3.4.	A coisa julgada no <i>writ</i> coletivo	956
3.5.	A execução individual do julgado coletivo.....	968
	Parte II - Ação Civil Pública Coletiva	
2.1.	Introdução	971
2.2.	Características da ação civil pública coletiva	973
2.3.	Princípios fundamentais da ação civil pública coletiva	975
2.4.	Competência da ação civil pública coletiva	976
2.5.	Procedimento da ação civil pública coletiva	977
2.6.	Proteção ao meio ambiente	978
2.7.	Proteção à saúde pública	979
2.8.	Proteção ao consumidor	980
2.9.	Proteção ao patrimônio cultural	981
2.10.	Proteção ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio cultural	982
	Parte III - Ação Civil Pública Coletiva e a Ação Civil Pública Individual	
3.1.	Características da ação civil pública individual	983
3.2.	Competência da ação civil pública individual	984
3.3.	Procedimento da ação civil pública individual	985
3.4.	Proteção ao meio ambiente	986
3.5.	Proteção à saúde pública	987
3.6.	Proteção ao consumidor	988
3.7.	Proteção ao patrimônio cultural	989
3.8.	Proteção ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio cultural	990